

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 4003/2026

2. INTRODUÇÃO

2.1. O Estudo Técnico Preliminar, em observância ao disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, constitui instrumento essencial de planejamento, destinado à identificação e análise da necessidade administrativa, à demonstração do interesse público envolvido, bem como à adequada definição do problema a ser solucionado e da solução mais eficiente. Tem, ainda, por finalidade evidenciar a viabilidade técnica e econômica da medida pretendida, fornecendo os elementos indispensáveis à elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência, quando verificada sua pertinência.

2.2. O presente documento integra a fase preparatória do processo administrativo, configurando relevante mecanismo de governança, planejamento e controle, voltado à promoção da eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos. Para tanto, contempla a identificação da demanda administrativa, a análise da viabilidade e razoabilidade da solução proposta, o levantamento e a avaliação das alternativas disponíveis no mercado, a verificação de eventuais impactos ambientais, a adequada caracterização do objeto, bem como a estimativa de custos, dentre outros elementos necessários à instrução processual.

2.3. Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade delimitar, de forma clara, objetiva e precisa, o objeto a ser licitado, apresentando os subsídios técnicos indispensáveis à regular instrução do processo administrativo. Busca-se, assim, viabilizar a instauração de procedimento que conduza à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

3. UNIDADES DEMANDANTES

- AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACOAL- AMEC;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO – SEMDEC;

- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA- SEMC;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED.

4. DIRETRIZES QUE NORTERÃO OS ESTUDOS TÉCNICOS

4.1. Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos parágrafos subsecutivos:

- **LEI Nº 14.133/2021** – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024** – REGULAMENTA A LEI DE
- LICITAÇÕES CONTRATOS EM ÂMBITO MUNICIPAL;
- **LEI Nº 13.709/2018** - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006** - INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº147/2014;
- **LEI Nº 3.696/PMC/2016** – DISPÕE DO TRATAMENTO FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS LICITAÇÕES NO ÂMBITO MUNICIPAL, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 4.350/PMC/2019;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2024/PMC** - REGULAMENTA A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE CACOAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 167 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, NO ÂMBITO DA SUPERINTENDENCIA DE LICITAÇÕES DE CACOAL.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº006/2024/PMC** - DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2024/PMC** - REGULAMENTA NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS, O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, PREVISTO NOS ARTS. 82, 83, 84, 85 E 86 DA LEI Nº 14.133/2021.
- **LEI Nº 13.709/2018** - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD;

Prefeitura Municipal de Cacoal – Rua São Francisco nº 3143 - Bairro Industrial. CEP: 76.963-490
Contatos institucionais: (69) 3907-4096 - nfp.cacoalro@gmail.com

- **LEI Nº 8.078/1990** - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
- **LEI 11.901/2009** - ATUAÇÃO NA PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E NO ATENDIMENTO A PRIMEIROS SOCORROS.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA

5.1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE:

5.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de segurança preventiva, suporte emergencial e atendimento imediato durante a realização de eventos esportivos, culturais, institucionais e comemorativos promovidos pela Autarquia Municipal, garantindo a proteção da integridade física de atletas, servidores, colaboradores, autoridades e do público participante.

5.1.2. A disponibilização de profissionais bombeiros civis mostra-se indispensável, especialmente em eventos que concentram elevado fluxo de pessoas e estruturas temporárias, circunstâncias que exigem medidas eficazes de prevenção, controle de riscos, orientação ao público e pronta resposta em situações de emergência.

5.1.3. Entre os eventos que tradicionalmente demandam esse suporte especializado destacam-se o CAFECAU, a Rota da Justiça, o Aniversário da Cidade, o Dia do Trabalhador, além de outras ações de natureza cultural, turística, esportiva, institucional e de desenvolvimento econômico realizadas ou apoiadas pela Administração Municipal ao longo do exercício.

5.1.4. Ressalta-se que tais eventos possuem relevante interesse público, uma vez que promovem o lazer, a cultura, o esporte e o turismo local, fortalecendo a integração social, valorizando a identidade cultural do município e contribuindo para o desenvolvimento econômico mediante a atração de visitantes e o incentivo ao comércio e aos serviços locais.

5.1.5. Nesse contexto, a segurança preventiva dos eventos, abrangendo tanto o público quanto as estruturas físicas utilizadas, constitui medida essencial para assegurar a adequada execução das atividades programadas, tornando indispensável a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de bombeiro civil.

5.2. JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

5.2.1. A contratação de serviços de bombeiro civil atende diretamente ao interesse público, considerando que esses profissionais possuem capacitação técnica específica para atuar na

prevenção e combate a princípios de incêndio, na prestação de primeiros socorros, no gerenciamento de situações de risco, no apoio à evacuação emergencial e na adoção de medidas preventivas destinadas à preservação da segurança coletiva.

5.2.2. A atuação desses profissionais contribui significativamente para a mitigação de riscos, a proteção da integridade física dos participantes, a preservação do patrimônio público e privado envolvido nos eventos e a redução da possibilidade de acidentes e incidentes durante a execução das atividades. Além disso, sua presença proporciona maior organização, segurança e eficiência na condução de situações adversas, assegurando resposta rápida e adequada em casos de emergência.

5.2.3. Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da eficiência, prevenção, segurança, continuidade do serviço público e proteção da coletividade, configurando medida necessária para garantir a adequada realização dos eventos e a promoção do bem-estar social.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E DEMONSTRAÇÃO DE SOLUÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DEMANDADO

6.1. Do levantamento de mercado realizado, em observância às diretrizes da fase preparatória da contratação pública, constatou-se a existência de distintas soluções aptas ao atendimento da demanda oficialmente formalizada. Referido levantamento foi conduzido com base em critérios técnicos e objetivos, considerando práticas correntes do setor, disponibilidade de fornecedores, modelos de execução adotados pela Administração Pública e parâmetros de eficiência, economicidade e viabilidade operacional.

6.2. Nesse contexto, foram identificadas e analisadas as alternativas potencialmente aplicáveis, as quais se mostram passíveis de apreciação pela Administração, permitindo a adequada comparação entre diferentes abordagens de atendimento da necessidade administrativa. Tal providência visa subsidiar a tomada de decisão, assegurando a seleção da solução mais vantajosa, em consonância com o interesse público e com os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

6.3. DETALHAMENTO DA PROSPECÇÃO MERCADOLÓGICA:

6.3.1. SOLUÇÃO 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL:

6.3.1.1. Consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de profissionais bombeiros civis devidamente capacitados, certificados e aptos à atuação em eventos e atividades promovidas pela Administração Pública Municipal, visando atender às demandas de segurança, prevenção e atendimento inicial em situações de emergência.

6.3.2. SOLUÇÃO 02 – DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES CAPACITADOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.3.2.1. Consiste na designação de servidores municipais previamente capacitados e certificados para atuação como bombeiro civil, visando atender às demandas relacionadas à segurança e suporte preventivo durante a realização de eventos e demais atividades institucionais promovidas pela Administração Pública Municipal.

6.4. ANÁLISE COMPARATIVA SOB A ÓTICA DO CUSTO, RISCO E TEMPESTIVIDADE:

6.4.1. SOLUÇÃO 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO:

6.4.1.1. Sob a ótica do custo, a solução poderá demonstrar viabilidade econômica, considerando que a contratação poderá ocorrer conforme a necessidade da Administração, evitando despesas permanentes relacionadas à manutenção de quadro próprio. Além disso, encargos trabalhistas, treinamentos, fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual e substituições de profissionais permanecerão sob responsabilidade da empresa contratada, reduzindo custos indiretos e administrativos ao Município.

6.4.1.2. Quanto aos riscos, a solução poderá apresentar menor grau de exposição operacional e administrativa, desde que sejam observadas exigências relacionadas à qualificação técnica da empresa e dos profissionais disponibilizados. A especialização da contratada poderá contribuir para maior segurança na execução dos serviços, reduzindo riscos associados à falha operacional, ausência de pessoal qualificado ou comprometimento da segurança dos participantes dos eventos.

6.4.1.3. No que se refere à tempestividade, a solução poderá proporcionar maior agilidade no atendimento das demandas institucionais, considerando a possibilidade de disponibilização imediata de profissionais capacitados, favorecendo a continuidade e eficiência dos serviços prestados pela Administração.

6.4.1.4. PONTOS POSITIVOS:

- Disponibilização de profissionais qualificados, treinados e certificados conforme as normas vigentes;
- Maior segurança operacional durante eventos e atividades públicas;
- Redução da responsabilidade direta da Administração quanto à capacitação técnica e gestão operacional da equipe;
- Possibilidade de utilização de equipamentos e materiais fornecidos pela própria contratada;
- Melhor adequação às exigências legais e normativas de segurança para eventos públicos.

6.4.1.5. PONTOS NEGATIVOS:

- Necessidade de disponibilidade orçamentária contínua para contratação dos serviços;
- Dependência de empresa terceirizada para execução das atividades;
- Possibilidade de variação na qualidade dos serviços prestados entre empresas contratadas;
- Necessidade de fiscalização contratual pela Administração Pública;
- Risco de interrupção dos serviços em caso de problemas contratuais ou inadimplência da contratada;

6.4.2. SOLUÇÃO 02: NOMEAÇÃO DE SERVIDORES:

6.4.2.1. Sob a ótica do custo, a solução poderá demandar investimentos significativos relacionados à capacitação técnica especializada, treinamentos periódicos, certificações obrigatórias, aquisição de equipamentos de proteção individual, uniformes e demais materiais necessários ao exercício das atividades. Além disso, eventual ampliação ou remanejamento do quadro funcional poderá gerar impactos financeiros e administrativos à estrutura municipal.

6.4.2.2. Quanto aos riscos, a solução poderá apresentar maior grau de exposição operacional e administrativa, especialmente diante da necessidade de manutenção contínua de equipe técnica qualificada e atualizada conforme normas técnicas aplicáveis. Também poderão ocorrer riscos relacionados à insuficiência de servidores disponíveis para atendimento simultâneo das demandas, bem como impactos nas atribuições originais dos cargos públicos eventualmente designados para a execução dos serviços.

6.4.2.3. Em relação à tempestividade, a solução poderá apresentar limitações decorrentes da necessidade de capacitação prévia, treinamentos contínuos, adequação funcional e

disponibilidade permanente de servidores aptos ao desempenho das atividades. Dessa forma, considerando a frequência dos eventos promovidos pela Administração e a necessidade de atendimento imediato das demandas, a solução poderá demandar maior tempo para estruturação e plena operacionalização.

6.4.2.4. PONTOS POSITIVOS:

- Aproveitamento de servidores já pertencentes ao quadro municipal, promovendo maior eficiência administrativa e redução de custos com contratações externas;
- Disponibilidade de profissionais capacitados para atuação preventiva em situações de emergência, garantindo maior segurança aos participantes dos eventos;
- Agilidade no atendimento de ocorrências, minimizando riscos e danos materiais e humanos;
- Valorização e qualificação contínua dos servidores municipais, incentivando o desenvolvimento profissional;
- Possibilidade de atuação integrada com demais equipes de apoio, segurança e saúde durante eventos institucionais;
- Atendimento às exigências legais e normativas relacionadas à prevenção e combate a incêndios e primeiros socorros;
- Redução da dependência de empresas terceirizadas, proporcionando economicidade e melhor gestão dos recursos públicos;
- Maior previsibilidade e organização na composição das equipes de segurança para eventos municipais.

PONTOS NEGATIVOS:

- Necessidade de investimentos contínuos em capacitação, reciclagens e certificações dos servidores designados;
- Possibilidade de afastamento temporário dos servidores de suas funções originais, ocasionando impactos nos setores de lotação;
- Limitação quantitativa de servidores habilitados, podendo comprometer a cobertura de múltiplos eventos simultâneos;
- Risco de sobrecarga de trabalho aos servidores designados, especialmente em períodos de grande demanda;
- Possíveis custos adicionais com pagamento de horas extras, adicionais ou gratificações

Prefeitura Municipal de Cacoal – Rua São Francisco nº 3143 - Bairro Industrial. CEP: 76.963-490
Contatos institucionais: (69) 3907-4096 - nfp.cacoalro@gmail.com

decorrentes da atividade desempenhada;

- Dependência da atualização periódica das certificações e treinamentos para manutenção da regularidade da atuação;
- Eventuais limitações legais e administrativas relacionadas ao desvio ou acúmulo de função.

6.5. MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE A SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE:

6.5.1. Após a realização do levantamento de mercado e da análise comparativa das soluções disponíveis, à luz de critérios técnicos, operacionais e econômico-financeiros, conclui-se que a **SOLUÇÃO 01: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL** revela-se a mais adequada para o atendimento da demanda oficialmente formalizada.

6.5.2. Ao decorrer da prospecção, identificou-se que a referida solução torna-se substancialmente mais eficiente quando associada ao Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta associação justifica-se objetivamente pelos seguintes fundamentos:

- Possibilita maior celeridade e eficiência no atendimento das demandas administrativas, permitindo a contratação dos profissionais bombeiros civis de forma imediata e conforme a necessidade de cada evento, sem a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios para cada contratação;
- Permite maior flexibilidade operacional, possibilitando a adequação dos quantitativos de profissionais, escalas de atendimento e dimensionamento das equipes conforme o porte, natureza, público estimado e características específicas de cada evento institucional promovido pelo Município;
- Promove maior padronização, qualidade e segurança na execução dos eventos, garantindo que os profissionais disponibilizados atendam às exigências técnicas, operacionais e normativas aplicáveis, assegurando melhores condições de prevenção, atendimento emergencial e proteção à integridade física dos participantes, servidores e público em geral;
- Possibilita ganhos de escala e obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, em razão da centralização das demandas em uma única Ata de Registro de Preços, ampliando a competitividade entre os fornecedores e favorecendo maior economicidade;

- Confere maior eficiência administrativa, reduzindo custos operacionais decorrentes da repetição de processos licitatórios e racionalizando os procedimentos internos de contratação, planejamento, coordenação e execução das ações de segurança preventiva nos eventos públicos.

6.5.3. Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de bombeiro civil, associada ao Sistema de Registro de Preços, consolida-se como a solução mais viável, eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Municipal, assegurando maior segurança preventiva durante a realização dos eventos públicos, otimização dos recursos administrativos, atendimento adequado às exigências legais e normativas, além de maior qualidade e eficiência na execução das ações institucionais promovidas pelo Município, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de bombeiro civil, devidamente regularizada e habilitada, para atuar de forma preventiva e emergencial nas atividades promovidas pela Administração Pública.

7.2. A execução dos serviços deverá contemplar a disponibilização de profissionais qualificados, treinados e certificados conforme a legislação vigente, aptos a desempenhar ações de prevenção, combate a princípios de incêndio, primeiros socorros e atendimento a situações de risco.

7.3. A empresa contratada será responsável por fornecer toda a mão de obra necessária, bem como os equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais operacionais indispensáveis à execução segura e eficiente dos serviços, garantindo o pleno atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis.

7.4. Os profissionais deverão atuar de forma estratégica, realizando inspeções preventivas, identificando possíveis riscos e adotando medidas imediatas para mitigação de incidentes, além de prestar atendimento rápido em situações emergenciais.

7.5. A solução abrange ainda o apoio em eventos institucionais, esportivos e demais atividades que envolvam concentração de público, assegurando a integridade física dos participantes, servidores e colaboradores. A presença de bombeiros civis contribui significativamente para a redução de riscos, organização do ambiente e pronta resposta a

intercorrências, promovendo maior segurança e tranquilidade durante a realização das atividades.

7.6. Adicionalmente, a contratação visa garantir a continuidade dos serviços de segurança preventiva, evitando a descontinuidade das ações e assegurando que todas as demandas da Administração sejam atendidas de forma eficiente, padronizada e em conformidade com os requisitos legais.

7.7. Dessa forma, a solução se mostra adequada e necessária para atender às exigências de segurança, preservação da vida e do patrimônio público, bem como para fortalecer a gestão de riscos no âmbito da Administração Municipal.

8. ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. De acordo com o art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que viável e economicamente vantajoso para a administração devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando à ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

8.2. Assim sendo, a administração optou pela possibilidade do parcelamento da solução, sendo dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, garantindo assim a ampla concorrência, tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU.

8.3. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

9. QUADRO RESUMO, METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS ADOTADA E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO AO CUSTO TOTAL ESTIMADO

QUADRO RESUMO – DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E CUSTO ESTIMADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

01	SERVIÇO DE BOMBEIRO CIVIL PARA EVENTOS EXTERNOS EM PERÍODO DIURNO PARA PREVENÇÃO, COMBATE A INCÊNDIO, ORIENTAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE A LEI Nº. 11.901 DE 12 DE JANEIRO DE 2009, NORMATIVA NBR 14608, E NBR 16877, COM EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTO, A CONTRATAÇÃO DESSE PROFISSIONAL SE FAZ NECESSÁRIO EM FACE DE OBRIGATORIEDADE EM EVENTOS COM MAIS DE 500 PESSOAS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS DA ABNT - BOMBEIRO CIVIL.	HORAS	848	R\$ 47,31	R\$ 40.118,88
02	SERVIÇO DE BOMBEIRO CIVIL PARA EVENTOS EXTERNOS EM PERÍODO NOTURNO PARA PREVENÇÃO, COMBATE A INCÊNDIO, ORIENTAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE A LEI Nº. 11.901 DE 12 DE JANEIRO DE 2009, NORMATIVA NBR 14608, E NBR 16877, COM EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO, PRIMEIROS	HORAS	600	R\$ 47,31	R\$28.386,00

SOCORROS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTO, A CONTRATAÇÃO DESSE PROFISSIONAL SE FAZ NECESSÁRIO EM FACE DE OBRIGATORIEDADE EM EVENTOS COM MAIS DE 500 PESSOAS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS DA ABNT - BOMBEIRO CIVIL.				
--	--	--	--	--

9.2. DETALHAMENTO QUANTO A METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS E CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:

9.2.1. O procedimento de pesquisa e formação da estimativa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os critérios e metodologias para a obtenção de preços de referência nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública.

9.2.2. O procedimento de pesquisa e formação da estimativa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os critérios e metodologias para a obtenção de preços de referência nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública.

9.2.3. A metodologia adotada para o levantamento de mercado baseou-se na utilização combinada de pesquisa eletrônica e pesquisa direta junto ao mercado local, contemplando a consulta a pessoas jurídicas que exercem atividades compatíveis com o objeto pretendido. A pesquisa eletrônica foi realizada por meio de fontes públicas e especializadas, permitindo a obtenção de referências atualizadas e amplamente praticadas, enquanto a pesquisa direta possibilitou a coleta de informações junto a fornecedores atuantes na região, assegurando maior aderência à realidade local.

9.2.4. Destaca-se que a coleta de dados foi direcionada ao maior número possível de fornecedores, com vistas à ampliação da base de consulta e à obtenção de múltiplas referências de preços, conferindo maior robustez, confiabilidade e representatividade aos valores levantados. Tal procedimento visa garantir que a estimativa de preços reflita, de forma

fidedigna, as condições praticadas no mercado, em observância aos princípios da economicidade, isonomia e vantajosidade para a Administração Pública.

9.2.5. O custo estimado perfaz **R\$ 68.504,88 (SESSENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)** Sendo que este valor constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Administração Pública brigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pelo não consumo total do valor registrado.

9.2.6. O objeto demandado não se amolda aos artigos de luxo, nos termos contidos no art.20 da Lei nº 14.133/21.

9.3. HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO:

QUADRO RESUMO - HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO OU NÚMERO DO INSTRUMENTO DE CONTRATO	INVESTIMENTO ESTIMADO/EMPREGADO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEIRO CIVIL	2025- PREGÃO Nº31/2025 R\$ 31.146,00
	2024- DISPENSA Nº18/2024 R\$3.375,00

9.3.1. O montante consolidou as quantidades anteriormente homologadas, conforme histórico gerado no exercício financeiro de 2024 e 2025, conforme memória de cálculo constante em processo correlato, executado por esta Administração almejando assegurar e resguardar a inexecução das atividades das unidades em decorrência de indisponibilidade de insumos.

10. REQUISITOS LEGAIS, NORMATIVOS E TÉCNICOS APLICÁVEIS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA

10.1. Para a adequada execução da contratação pretendida, deverão ser observados os requisitos legais, normativos e técnicos abaixo relacionados, os quais deverão orientar todas as fases do processo, desde o planejamento e fornecimento até o recebimento definitivo dos objetos:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelecendo normas gerais aplicáveis às contratações públicas.
- **Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024** – Regulamenta, no âmbito do Município de Cacoal/RO, a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser observado quanto aos Prefeitura Municipal de Cacoal – Rua São Francisco nº 3143 - Bairro Industrial. CEP: 76.963-490
Contatos institucionais: (69) 3907-4096 - nfp.cacoalro@gmail.com

procedimentos administrativos, planejamento, formalização e execução contratual.

- **Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC)** – Aplicável subsidiariamente no que se refere à garantia legal, responsabilidade do fornecedor, vícios, defeitos e qualidade dos produtos/serviços fornecidos, sem prejuízo das garantias contratuais previstas no Termo de Referência.
- **Lei Federal nº 11.901/2009** - dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil, definindo suas atribuições, formação profissional e atividades permitidas;
- **Lei nº 13.425/2017**- Estabelece diretrizes gerais sobre prevenção e combate a incêndio e pânico em eventos com concentração de público.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT - dispõe sobre a segurança contra incêndio, brigadas de emergência, sinalização e planos de evacuação;
- **Instrução Técnica (IT) 17/2022** - do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO).
- **Lei Estadual nº 3.271/2013, do Estado de Rondônia** – Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil no âmbito estadual, regulamentando atribuições, credenciamento, atuação conjunta com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO) e demais requisitos aplicáveis à atividade.
- **Lei Estadual nº 3.924/2016, do Estado de Rondônia** – Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia, estabelecendo requisitos técnicos aplicáveis a edificações, eventos temporários e locais de reunião de público.

12. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS

12.1. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS:

12.1.1. Registre-se que, após análise das condições administrativas, operacionais e estruturais envolvidas, não foram identificadas providências prévias indispensáveis à implementação da solução pretendida. Verifica-se que a Administração dispõe dos meios necessários e suficientes para o imediato prosseguimento dos procedimentos cabíveis, inexistindo condicionantes que demandem adequações preliminares específicas.

12.1.2. Dessa forma, conclui-se que a execução poderá ser iniciada oportunamente, em consonância com o planejamento estabelecido, não havendo óbices de ordem técnica,

administrativa ou logística que impeçam o regular desenvolvimento das etapas subsequentes do processo.

12.2. PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:

12.2.1. Cumpre consignar que, após a devida análise do contexto administrativo e do objeto pretendido, não foram identificadas demandas correlatas ou interdependentes que possam influenciar, condicionar ou impactar a execução da presente demanda. A solução proposta apresenta autonomia suficiente para sua implementação, não estando vinculada a outros ajustes, vigentes ou futuros, no âmbito da Administração.

12.2.2. Dessa forma, conclui-se que a presente demanda poderá ser conduzida e executada de maneira independente, sem prejuízo à sua eficiência e eficácia, inexistindo necessidade de compatibilização com outros instrumentos ou ações administrativas correlatas.

13. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E ALINHAMENTO COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS VIGENTES

13.1. Atesta-se que, consoante as informações exaradas nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), oficializados pelas unidades demandantes, a necessidade em apreço encontra-se devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), em estrita consonância com o planejamento institucional previamente estabelecido, evidenciando sua aderência às diretrizes estratégicas da Administração Pública.

13.2. Ademais, verifica-se que, nos termos dos elementos consignados nos referidos documentos, a demanda apresenta plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), encontrando-se alinhada às ações governamentais e à correspondente previsão de recursos orçamentários necessários à sua execução.

13.3. Dessa forma, resta devidamente demonstrado, com fundamento nas informações constantes dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), que a iniciativa observa os pressupostos de planejamento, legalidade e responsabilidade fiscal, assegurando sua regular inserção no contexto orçamentário e administrativo da Administração Pública.

13.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Prefeitura, por intermédio das Secretarias Municipais e dos

respectivos Fundos de Financiamento de Direitos Constitucionais, conforme detalhamento constante da tabela subsequente:

QUADRO RESUMO – INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA PÚBLICA	3.3.90.39.00.00 – OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

14. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

14.1. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

14.1.1. Os impactos ambientais associados ao objeto são considerados de média relevância ambiental, tendo em vista que a atividade possui caráter predominantemente preventivo e emergencial, sendo seus efeitos, em regra, temporários, controláveis e passíveis de mitigação mediante a adoção de medidas adequadas de gerenciamento e fiscalização.

14.1.2. A execução dos serviços poderá ocasionar impactos ambientais pontuais relacionados ao descarte inadequado de materiais utilizados em atendimentos emergenciais, tais como luvas, gazes e demais insumos potencialmente contaminados, bem como à utilização de materiais descartáveis durante as atividades operacionais e de suporte. Além disso, em eventos com grande concentração de público, poderão existir riscos associados à ocorrência de incêndios e acidentes ambientais.

14.2. DETALHAMENTO DE MEDIDAS MITIGADORAS:

14.2.1. A adoção das medidas mitigadoras propostas visa minimizar os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, assegurando conformidade com a legislação ambiental aplicável, bem como com as boas práticas de sustentabilidade, saúde e segurança operacional.

14.2.2. Para tanto, deverão ser adotados procedimentos adequados de coleta seletiva, com disponibilização de recipientes apropriados para acondicionamento e descarte dos resíduos gerados, garantindo sua destinação ambientalmente correta. Os materiais potencialmente contaminados utilizados em atendimentos emergenciais deverão observar critérios de segregação, acondicionamento, transporte e descarte em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

14.2.3. Também deverão ser incentivadas práticas de uso racional da água e demais recursos naturais, com adoção de medidas de economia e reaproveitamento sempre que tecnicamente possível, bem como a priorização de materiais reutilizáveis e práticas operacionais sustentáveis.

14.2.4. Os resíduos gerados deverão receber destinação ambientalmente adequada, preferencialmente em pontos de coleta especializados e devidamente licenciados, evitando riscos de contaminação ambiental.

14.2.5. Ademais, deverão ser mantidas equipes devidamente capacitadas, equipamentos em condições adequadas de uso e ações preventivas contínuas de monitoramento, controle e resposta rápida, visando reduzir riscos de incêndios, acidentes e demais ocorrências que possam ocasionar impactos ambientais e comprometer a segurança dos participantes e da coletividade.

15. DEMONSTRAÇÃO DAS PRETENSÕES A SEREM ALCANÇADAS

15.1. A presente contratação de serviços de bombeiro civil ter por pretensão:

- Assegurar a integridade física dos participantes, servidores, autoridades e demais presentes durante a realização de eventos e atividades institucionais promovidos pela Administração Pública Municipal;
- Garantir a adoção de medidas preventivas e de resposta imediata em situações de emergência, minimizando riscos à coletividade;
- Reduzir significativamente os riscos de acidentes, sinistros, danos materiais e ocorrências que possam comprometer a execução regular dos eventos públicos;
- Dotar os eventos promovidos pelo Município de estrutura mínima de segurança operacional, com profissionais devidamente capacitados e habilitados;
- Garantir maior agilidade, eficiência e segurança no atendimento de ocorrências emergenciais;
- Mitigar impactos decorrentes de eventuais emergências, preservando a ordem, a segurança e a continuidade das atividades institucionais;
- Promover ambiente seguro e adequado à participação do público em eventos e atividades promovidas pelo Município;
- Conferir maior segurança jurídica à Administração Pública quanto à adoção de medidas preventivas compatíveis com o porte e natureza dos eventos;

- Garantir observância aos princípios da legalidade, eficiência, prevenção e segurança administrativa previstos na legislação vigente.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. À luz das análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras empreendidas no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução delineada revela-se adequada e suficiente para o atendimento da necessidade administrativa identificada, evidenciando compatibilidade com os princípios norteadores da Administração Pública, notadamente os da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como plena aderência às disposições da Lei nº 14.133/2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos.

16.2. Diante do conjunto fático e técnico analisado, resta demonstrado que a solução proposta se apresenta tecnicamente idônea, economicamente vantajosa e administrativamente exequível, atendendo aos requisitos de interesse público e à melhor alocação de recursos. Assim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o regular prosseguimento do feito, com a adoção das providências necessárias à elaboração dos artefatos da fase preparatória, culminando na instauração do competente procedimento licitatório e, ulteriormente, na formalização do ajuste administrativo.

Cacoal/RO, 26 de Maio de 2026.

RESPONSÁVEIS PELA CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO DO PRESENTE ESTUDO:

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
ELISANGELA FERNANDES
ASSESSOR TÉCNICO EM PLANEJAMENTO DE COMPRAS - NFP
MATRÍCULA Nº 11340

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
RAIANE FERREIRA MOREIRA
CHEFE DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS - NFP
PORTARIA Nº 0334/PMC/2026.

Em face de todo o exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, e considerando a consistência das análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras realizadas, os signatários competentes manifestam sua **APROVAÇÃO INTEGRAL** do referido instrumento.

Reconhece-se que as informações inerentes à demanda pleiteada encontram-se devidamente subsidiadas, estruturadas e fundamentadas, restando evidenciada a viabilidade da solução proposta, bem como sua adequação ao atendimento do interesse público.

Dessa forma, aprova-se o presente Estudo Técnico Preliminar para fins de regular prosseguimento do processo administrativo, com a adoção das providências subsequentes necessárias à formalização do ajuste administrativo pretendido.

[ASSINADO DIGITALMENTE]
MARCO AURÉLIO NOGUEIRA BARBOSA
DIRETOR GERAL DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES
DECRETO Nº 11.128/PMC/2026

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

ROBERTO ALVES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 10.232/PMC/2025

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

SANDER RECHESKI RAMOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

DECRETO Nº 11.126/PMC/2026

[ASSINADO DIGITALMENTE]

SILVANA ALVES MACEDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INTERINA

PORTARIA Nº0388/PMC/2026

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:
<https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=be584e8f-7dca-4b5e-84db-d4ef251d44bc>

